

ANO II - EDIÇÃO Nº 290 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 26 de maio de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 334/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça MARCELO LIMANUNES, CPF nº 041.353.806-03, RG nº 10823147 – SSPMG, como representante desta Instituição, para assinar o Termo de Entrega da doação de imóvel urbano, doado ao Ministério Público Estadual pela superintendência do Patrimônio da União no Tocantins para a edificação do prédio sede das Promotorias de Justiça de Gurupi – TO.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 25 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 335/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça Substituta RUTH ARAUJO VIANA para atuar nas audiências da 1ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 26 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 25 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Recesso natalino

INTERESSADA: Procuradora de Justiça LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES

DESPACHO Nº 245/2017 - Nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, e vista do que consta das informações consignadas nos assentamentos funcionais da Interessada,

DEFIRO o pedido formulado pela Procuradora de Justiça LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES para conceder-lhe 13 (treze) dias de folga no período de 05 a 17 de junho de 2017, referentes aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de 2016/2017, conforme Portaria nº 932/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 25 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

Tutela da Infância e Juventude

Av. Neief Murad, Chácara 47-A, St. Noroeste, Araguaína/TO, CEP: 77800-000, Tel. (63) 3414-8509 E-mail: sidneyjunior@mpto.mp.br

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO 072/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 043/2017.

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Promotor Sidney Fiori Junior.

FUNDAMENTOS: artigo 90, IV, 94, § 1º, da Lei 8.069/90, art. 127, 129, II e III, da CF/88.

ORIGEM: Instauração de ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Visa apurar as desconformidades detectadas pela equipe técnica do Ministério Público do Tocantins nas Casas de Acolhimento Institucional Ana Carolina Tenório, no cidade de Araguaína/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína 19 de maio de 2017.

24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 002/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

FUNDAMENTOS: Art. 225, §3º da Constituição Federal; art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, §4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0101

FATO EM APURAÇÃO: apurar possíveis danos ambientais ocasionados pela captação irregular no córrego água fria, com o objetivo de irrigação de gramíneas na propriedade do investigado – Fazenda Nova, coordenada 22L 0795008 UTM 8878358.

INVESTIGADO: José Almir de Oliveira Furtado, CPF nº 360.816.906-06 e inscrito no RG nº 1569635 – SSP-ME, com endereço na rodovia TO 010, KM 05, Fazenda Nova, Zona Rural, Palmas - TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 15 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 003/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0068

FATO EM APURAÇÃO: Apuração de danos ambientais e consequentes responsabilidade pela disposição irregular de cachorros mortos/sacrificados em uma gruta próxima ao setor de chácaras, localizada atrás do centro de abastecimento CEASA, setor industrial, saída de Palmas para Porto Nacional.

INVESTIGADO: Município de Palmas

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 20 de março de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 004/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0037

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar regularidade ambiental no tocante à irrigação de parques e jardins por parte do Município de Palmas.

INVESTIGADO: Município de Palmas

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 21 de março de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 005/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0046

FATO EM APURAÇÃO: Verificar a existência e extensão dos danos ambientais causados pela instalação de empreendimento potencialmente poluidor na Fazenda Serra Azul.

INVESTIGADO: Alberto Milhomens Aguiar, endereço: 603 Sul, Alameda 06, Lote 13, Palmas – TO, Fone: 63 98403-4553

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 29 de março de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 006/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0095

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar irregularidades/ilegalidades e possíveis danos ambientais decorrentes da instalação do Aterro Sanitário de Palmas.

INVESTIGADO: Município de Palmas

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 19 de abril de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 007/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0110

FATO EM APURAÇÃO: Acompanhar o processo de recuperação dos danos causados pela erosão hídrica do Parque Cesamar, próximo ao IFTO;

INVESTIGADO: Município de Palmas – Secretaria Municipal de Infraestrutura

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 19 de abril de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 008/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0044

FATO EM APURAÇÃO: Verificar os danos e recuperação da área de APP às margens do Córrego Cipó.

INVESTIGADOS: Cláudio Costa de Oliveira Vaides Borges, brasileiro, casado, agrimensor, portador do RG 104.058 SSP/TO e do CPF nº 134.159.051-87, residente e domiciliado no Sítio Beija Flor, Zona Rural, nesta Capital, Fone (063) 92147787, e Agrigeo Agrimensura, Imóveis e Georreferenciamento Ltda, CNPJ 01.061.9258/0001-49, Av. Tocantins, Qd. 122, Lt 07, Morada do Sol, Palmas - TO;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 25 de abril de 2017.

**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO
INQUÉRITO CIVIL**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA 010/2017

INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

FUNDAMENTOS: Art. 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 4º da Resolução CSMP/TO nº 003/2008.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0069

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar os danos ambientais noticiados no Diagnóstico Ambiental da Micro Bacia do Córrego Brejo Comprido.

INVESTIGADOS: Warner Camargo Pires e outros

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 26 de abril de 2017.

202 Norte, Conj. 03, Av. LO 4 c/Av. Teotônio Segurado, S. 227 – Fone 3216-7600 – Palmas – TO – CEP: 77.006.218

**9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE
GURUPI****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 21/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 21/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 36/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Infrequência/Evasão Escolar (900167).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar informações quanto ao fato de Gilvany José dos Santos, adolescente (15 anos de idade), deixar de frequentar as aulas na Escola Estadual do Setor Aeroporto, em Gurupi-TO, bem como informações de situação de convivência marital com Eryl de Lima Fernandes (Lei Federal nº 8.069/90 – ECA).

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 18 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/05/2018 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 24/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 24/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 28/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual situação de abuso sexual de da criança M. G. S, filha de Rosianne Gomes da Silva, nascida em 28/09/2008, supostamente praticada pelo namorado da genitora, Aurício de Tal (30 anos).

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi

REPRESENTADOS: Aurício de Tal e Rosianne Gomes da Silva

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 23 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 23/05/18 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 25/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 25/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 26/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público (9985) / Serviços (10028) / Ensino Fundamental e Médio (10051) / Transporte (10061)

FATO EM APURAÇÃO: Apurar ausência de disponibilização de transporte escolar pelo Município de Gurupi aos alunos residentes na fazenda Vila Rica, à 36 Km de Gurupi e a 5 Km da última parada da rota do Pesque Pague Saracura.

REPRESENTANTE: Acácio Alves Costa

REPRESENTADOS: Secretaria de Educação do Município de Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 23 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 23/05/18 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 26/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 26/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 31/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público (9985) / Serviços (10028) / Ensino Fundamental e Médio (10051) / Educação Pré-escolar (10062)

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual exigência, pela rede municipal de ensino de Gurupi, de Termo de Guarda para matricular crianças e adolescentes, em caso de impossibilidade dos pais fazê-lo.

REPRESENTADO: Secretaria de Educação do Município de Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 23 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 23/05/18 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 27/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 27/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 29/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público (9985) / Serviços (10028) / Ensino Fundamental e Médio (10051) / Educação Pré-escolar (10062)

FATO EM APURAÇÃO: Apurar a carência e insuficiência de vagas na rede pública de ensino, no município de Gurupi, sempre no início de ano letivo.

REPRESENTADO: Secretaria de Educação do Município de Gurupi.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 23 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 23/05/18 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 28/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 28/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 30/2017 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público (9985) / Serviços (10028) / Ensino Fundamental e Médio (10051) / Educação Pré-escolar (10062)

FATO EM APURAÇÃO: Apurar a carência e insuficiência de vagas na rede pública Estadual de ensino, no município de Gurupi, sempre no início de ano letivo.

REPRESENTADO: Secretaria de Educação do Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 23 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 23/05/18 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 29/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 29/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 73/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de proteção (11818)

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e negligência dos infantes R.L.A.B (02 anos) e H.S.A (07 meses), cuja genitora, Bruna Alves Carvalho seria usuária de drogas, consumindo tais substâncias na presença dos filhos, residente em Gurupi-TO

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi

REPRESENTADO: Bruna Alves Carvalho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 23 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 23/05/18 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 30/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 30/2017

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, inciso I, § 1º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 3º, inciso I, § 1º da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

ORIGEM: Notícia de Fato n.º 27/2017 - 9PJG

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público / Garantias Constitucionais / Pessoa Idosa / Direitos e Garantias Fundamentais

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possível descumprimento do Estatuto do Idoso, notadamente no atendimento prioritário e nas filas preferenciais nas Casas Lotéricas, Banco do Brasil situado na Av. Pará c/ Rua 05, Centro e Caixa Econômica Federal da Av. Goiás, Centro, todos sediados em Gurupi-TO.

REPRESENTANTE: Carlos Roberto Xavier de Carvalho

REPRESENTADO: Casas Lotéricas, Banco do Brasil situado na Av. Pará c/ Rua 05, Centro e Caixa Econômica Federal da Av. Goiás, Centro, todos sediados em Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Normas Protetivas ao Idoso

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 24 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 24/05/2018

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIRACEMA

EXTRATO DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante – 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 003/2017.

FUNDAMENTOS: artigos 127, caput e 129, incisos II, III e VI da Constituição Federal de 1988; no artigo 25, inciso IV, letra "a", no artigo 26, incisos I, V, VI, Parágrafo Único do artigo 27 e artigo 32, inciso II da Lei Federal n.º 8.625/93; no artigo 6º incisos VII, XX, artigos 7º e 8º da Lei Complementar n.º 75/1993; no artigo 60, inciso VII e artigo 61 da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; no artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85 e Resolução n.º 1.451/95 CFM;

ORIGEM: Ouvidoria (Ministério Público do Estado do Tocantins) Notícia de Fato n.º 011/2017;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Investigar sobre possíveis irregularidades quanto a ausência de equipe médica especializada no Pronto Socorro, em regime de plantão no Hospital Regional de Miracema do Tocantins.

INVESTIGADO: Hospital Regional de Miracema do Tocantins – Estado do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Miracema do Tocantins, 04 de maio de 2017.

**EXTRATO DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO
DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante – 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: 004/2017.

FUNDAMENTOS: artigos 127, caput e 129, incisos II, III e VI da Constituição Federal de 1988; no artigo 25, inciso IV, letra "a", no artigo 26, incisos I, V, VI, Parágrafo Único do artigo 27 e artigo 32, inciso II da Lei Federal nº 8.625/93; no artigo 6º incisos VII, XX, artigos 7º e 8º da Lei Complementar nº 75/1993; no artigo 60, inciso VII e artigo 61 da Lei Complementar Estadual nº 51/08; no artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85; arts. 216 e 225, da Constituição Federal; Lei nº 6.938, de 31.08.81 (Política Nacional do Meio Ambiente), Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais, art.54), Decreto-lei nº 3.688, de 3.10.41 (Lei das Contravenções Penais, art.42), Lei Municipal nº 02/2003.

ORIGEM: Ouvidoria (Ministério Público do Estado do Tocantins) - Notícia de Fato nº 010/2017;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Investigar sobre possíveis irregularidades em estabelecimento comercial em desacordo com a política de costumes, segurança e ordem pública – sossego público;

INVESTIGADO: CH20 Distribar e Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Miracema do Tocantins, 08 de maio de 2017.

Praça Mariano de Holanda Cavalcante, s/nº, centro – CEP: 77.650-000
23/43 Fones: (63) 3366-1412/ 3366-2326 - Miracema do Tocantins-TO.
E-mail: 2promotoriadejustica@gmail.com

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 017/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato n. 90/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Eventual prática de ato de improbidade administrativa pela Delegada de Polícia Civil Cristiane Aguiar Brito em razão do descumprimento de ordens judiciais exaradas no bojo dos autos 00020326320158272737, 00057515320158272737, 00029333120158272734, 00033571020148272737, 00045237720148272737, 000361220158272737, 00067714520168272737, 00060976720168272737, 00019580920158272737 e 50021468220138272737

INVESTIGADO (S): Delegada de Polícia Civil Cristiane Aguiar Brito

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 16 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 019/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato n. 08/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Eventual malversação de recursos da educação destinados ao uso na Escola Municipal Marieta Macedo, no ano de 2015

INVESTIGADO (S): Associação de Apoio da Escola Municipal Marieta Macedo

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 020/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Protocolo e-Doc n. 07010110607201511

FATO (S) EM APURAÇÃO: Fatos noticiados pelo TCE/TO (Autos n. 2664/2012) e que, em tese, configuram atos de improbidade administrativa ocorridos durante o ano de 2011, no município de Silvanópolis/TO, quando era ordenador de despesas o então Prefeito Bernardo Siqueira Filho, dentre as quais ausência de cobrança de contribuintes inadimplentes com violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, pagamento de despesas com refeições, diárias, combustíveis e outros sem especificação suficiente para controle, despesas indevidas com recursos do FUNDEB, entre outras

INVESTIGADO (S): Bernardo Siqueira Filho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 021/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato n. 012/2017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

FATO (S) EM APURAÇÃO: Fatos noticiados pelo TCE/TO (Autos n. 1951/2013) e que, em tese, configuram atos de improbidade administrativa ocorridos durante o ano de 2012, no município de Brejinho de Nazaré/TO, quando era ordenador de despesas o então Prefeito Luiz Antônio Saquetim, dentre as quais irregularidades em licitações, ausência de retenção no ISSQN, despesas estranhas à manutenção e desenvolvimento do ensino, entre outras

INVESTIGADO (S): Luiz Antônio Saquetim

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 022/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato n. 033/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Ausência de transição governamental, no final do ano de 2016, pelo então prefeito Condorcet Cavalcante Filho, com negativa de publicidade de informações e documentos públicos e, ainda, de prejuízo à prestação de contas para órgãos de controle com bloqueio de repasses do município de Monte do Carmo/TO no ano de 2017 em lesão à sociedade, além da falta de repasse para o Fundo de Previdência PrevCarmo de valores de contribuições descontados de servidores

INVESTIGADO (S): Condorcet Cavalcante Filho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 17 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 023/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato n. 021/2017

FATO (S) EM APURAÇÃO: Iniciativa do prefeito municipal de Oliveira de Fátima (TO) de encaminhar projetos de lei para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual de modo que o Poder Executivo possa, sem prévia autorização legislativa, abrir créditos suplementares por decreto em até 70% do valor total das despesas municipais, no que agiria em franco conflito com a Carta Magna e Constituição Estadual

INVESTIGADO (S): Gesiel Orceilino dos Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 22 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 024/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato n. 113/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Possível desvio de verba pública decorrente do abastecimento de veículos estranhos à frota do Município de Santa Rita do Tocantins (TO), mediante a apresentação de requisições assinadas e com o timbre da Prefeitura Municipal ao gerente do 'Posto Mourão', em 22 de setembro de 2016, durante o último certame eleitoral

INVESTIGADO (S): Município de Santa Rita do Tocantins (TO)

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 22 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 025/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato n. 039/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Possíveis irregularidades quanto ao não repasse do duodécimo devido ao Poder Legislativo de Monte do Carmo (TO), referente ao mês de fevereiro do ano de 2016, e quanto à locação e suposta utilização de uma camionete por terceiro estranho ao quadro de servidores do Poder Executivo

INVESTIGADO (S): Município de Monte do Carmo (TO)

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 22 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA Nº.: 026/2017 - 5ªPJPJN

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Autos e-Proc n. 0002013-86.2017.827.2737

FATO (S) EM APURAÇÃO: Eventual ato de improbidade administrativa pelo uso ilegal de bens públicos na fazenda de João Lauro Aires Cavalcante, irmão do então Prefeito do Município de Monte do Carmo (TO) Condorcet Cavalcante Filho, sob orientação do então secretário de transportes Ariston Alves Correia, isso em dezembro de 2016

INVESTIGADO (S): João Lauro Aires Cavalcante, Condorcet Cavalcante Filho e Ariston Alves Correia

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 24 de maio de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPOEMA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 15/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, da Constituição Federal, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08,

ORIGEM: notícia de fato nº 2017.2404.0043-01.

FATO EM APURAÇÃO: averiguar a existência de eventual ato de improbidade administrativa, na modalidade de nepotismo praticado pelo Senhor João Batista Neto, Prefeito de Pau D'Arco/TO e Secretários Municipais, consistente na admissão irregular de "parentes" (art. 11, caput, da Lei nº 8.429/92).

INVESTIGADO: João Batista Neto (Prefeito Municipal de Pau D'arco-TO) e Secretários Municipais.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 03 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 16/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, da Constituição Federal, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08,

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2017.0424.0043-01.

FATO EM APURAÇÃO: averiguar a existência de eventual ato de improbidade administrativa, pela prática de uso das cores do partido político do atual gestor Público em órgãos públicos, com o fim de promoção pessoal e/ou partidário praticado pelo Senhor João Batista Neto, Prefeito de Pau D'Arco/TO.

INVESTIGADO: João Batista Neto (Prefeito Municipal de Pau D'arco-TO).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 05 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 17/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, da Constituição Federal, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08,

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2017.0424.0043-01.

FATO EM APURAÇÃO: averiguar a existência de eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo investigado Francimilton

Leite de Brito, tipificado nos art. 9º, caput, e art. 10, inc. XII, da Lei nº 8.429/92, em decorrência de receber estipêndio sem que houvesse, da sua parte, a efetiva contraprestação laboral.

INVESTIGADO: Francimilton Leite de Brito.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 05 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 18/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, da Constituição Federal, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, Lei Complementar n.º 64/1990 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08,

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2017.0424.0043-01.

FATO EM APURAÇÃO: averiguar a existência de eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito de Pau D'arco João Batista Neto e o Secretário Municipal Edimar Alves Pinheiro, tipificado no art. 10, da Lei nº 8.429/92, em decorrência de violação aos princípios da Administração Pública.

INVESTIGADO: João Batista Neto (Prefeito Municipal de Pau D'arco-TO) e Edimar Alves Pinheiro (Secretário Municipal de Administração).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 05 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 19/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, III, da Constituição Federal, 26, I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, Lei 8.666/1993 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08,

ORIGEM: Notícia de Fato nº 2017.0424.0043-01.

FATO EM APURAÇÃO: averiguar a existência de eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito Senhor João Batista Neto, tipificado no art. 10, da Lei nº 8.429/92, em decorrência de violação aos princípios da Administração Pública, consistente em realização de contratos de locação, entre o Município de Pau D'arco/TO e servidores do mesmo ente federativo.

INVESTIGADO: João Batista Neto (Prefeito Municipal de Pau D'arco-TO).

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 07 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 20/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigo 127, caput, art.129, inciso III, e 225, § 3º, da Constituição Federal; art. 27, parágrafo único, inciso I, da Lei

nº 8.625/93, lei 9605/98 e nos termos do artigo 3º da resolução nº 003/2008, do CSMP

ORIGEM: De ofício pelo Ministério Público do Estado do Tocantins
FATO EM APURAÇÃO: apurar eventual gastos pelo Município de Pau D'Arco/TO durante a temporada de praia; regulamentação do uso de transporte aquaviário pelos barqueiros e regulamentar o uso de aparelhos de som pelos barraqueiros a fim de evitar poluição sonora.

INVESTIGADO: Poder Público Municipal de Pau D'Arco/TO e outros

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 08 de maio de 2017.

Rua Mato Grosso, n. 1378, Centro, Arapoema-TO
Fone: 63 3435-1303

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO

Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 01/2012.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: possível prática de dano ambiental na Rodovia que liga o Município de Novo Acordo à São Félix do Tocantins.

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADO: Construtora São Cristóvão LTDA.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 09 de fevereiro de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 19/2012.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar se foram efetuadas a recuperação do córrego São Félix, a estruturação da brigada de incêndio e a estruturação da unidade de conservação "Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono".

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADOS: Município de São Félix do Tocantins/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 16 de fevereiro de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 01/2015.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades acerca da prestação de contas do convênio n.º 124/2010, firmado pelo município de Aparecida do Rio Negro/TO, na pessoa do ex-gestor Pedro Luiz de Carvalho Neto e o Estado do Tocantins.

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADOS: Ex-gestor Pedro Luiz de Carvalho Neto

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 15 de fevereiro de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 02/2015.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: possível prática de dano ambiental na rodovia BR 010 no trecho que liga o Município de Aparecida do Rio Negro/TO ao Rio do Sono/TO.

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADO: Construtora EHL – Eletro Hidro LTDA.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 21 de fevereiro de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 04/2016.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: possível desvio de verbas por parte do Presidente da Câmara Municipal de Aparecida do Rio Negro, Kedson Batista Soares, por meio de superfaturamento de notas fiscais de combustível e de lavagem de veículos.

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADOS: Presidente da Câmara Municipal de Aparecida do Rio Negro, Kedson Batista Soares.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 20 de fevereiro de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 04/2016-A.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: supostas ilegalidades na Câmara Municipal de Aparecida do Rio Negro, no que tange à compra e venda de votos para eleição da presidência da casa, exercícios de 2015 e 2016, supostamente perpetrado pelos vereadores Kedson Batista Soares e Serafim Estácio Xavier.

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADOS: Kedson Batista Soares e Serafim Estácio Xavier.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 20 de fevereiro de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 01/2017.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: apura irregularidades no contrato de prestação de serviços celebrado entre a construtora São Francisco e o Município de Novo Acordo/TO, cujo gestor municipal era José Coelho Neto.

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADOS: Município de Novo Acordo/TO e Construtora São Francisco.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 08 de fevereiro de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 03/2017.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: visando promover as medidas necessárias para garantir a oferta de transporte escolar em quantidade e condições dignas aos alunos municipais.

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADO: Município de Aparecida do Rio Negro/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 16 de fevereiro de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 04/2017.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: possível fraude em procedimentos licitatórios realizados pelo ex-gestor do Município de Novo Acordo/TO, JOSÉ COELHO NETO, em benefício da empresa CSP ENGENHARIA E SEGURANÇA EIRELE-ME com a participação da empresa JOB SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI-ME.

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADOS: ex-gestor do Município de Novo Acordo/TO, JOSÉ COELHO NETO, CSP ENGENHARIA E SEGURANÇA EIRELE-ME e JOB SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI-ME.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 08 de fevereiro de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 23/2017

INVESTIGANTE: Promotora de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 07/2017

FATOS EM APURAÇÃO: Investigar suposta degradação ambiental nas margens do córrego Sussuapara, considerada Área de Preservação Permanente, nos termos do Art. 4º, I, "a" da lei 12.651/2012.

INVESTIGADOS: Indefinido.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 16 de maio de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento preparatório de inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 25/2017

INVESTIGANTE: Promotora de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 13/2017.

FATOS EM APURAÇÃO: Investigar possível prática de desvio de função pública perpetrada pelo secretário de administração e planejamento do município de Pindorama do Tocantins/TO, Cléber Flávio de Paula Teixeira, responsável pela remoção indevida de Maria Melquíades Ribeiro para cargo que não possuía a competência necessária para exercer

INVESTIGADOS: Cléber Flávio de Paula Teixeira.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 16 de maio de 2017.

Rua Silvestrina Guimarães, Quadra 24, Lote 7, Setor Central, Novo Acordo/TO
- CEP 77610-000 Telefone: (63) 3369-1443.